13/10/2025

Número: 0008502-74.2003.4.03.6119

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**

Órgão julgador: 3ª Vara Federal de Guarulhos

Última distribuição : **02/12/2003** Valor da causa: **R\$ 932.833,94**

Assuntos: Contribuições Previdenciárias

Nível de Sigilo: **0 (Público)** Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes	Advogados
UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL (EXEQUENTE)	
ABDUL WAHED YOUSSEF GHAZO HANNA (EXECUTADO)	
	ALEXANDRE PIERETTI (ADVOGADO)
INDUSTRIA MECANICA LIBASIL LTDA - EPP (EXECUTADO)	
	MARIA TERESA CORREIA DA COSTA (ADVOGADO)

Documentos			
ld.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
430337085	01/10/2025 17:41	<u>Decisão</u>	Decisão



PODER JUDICIÁRIO 3ª Vara Federal de Guarulhos

Avenida Salgado Filho, 2050, Centro, Guarulhos - SP - CEP: 07115-000 https://www.trf3.jus.br/balcao-virtual

EXECUÇÃO FISCAL (1116) Nº 0008502-74.2003.4.03.6119

EXEQUENTE: UNIAO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: INDUSTRIA MECANICA LIBASIL LTDA - EPP, ABDUL WAHED YOUSSEF GHAZO HANNA ADVOGADO do(a) EXECUTADO: MARIA TERESA CORREIA DA COSTA - SP136714 ADVOGADO do(a) EXECUTADO: JOSE GERALDO PIRES DE CAMPOS - SP130581 ADVOGADO do(a) EXECUTADO:

ALEXANDRE PIERETTI - SP174388

REPRESENTANTE(S) do TERCEIRO INTERESSADO INDUSTRIA MECANICA LIBASIL LTDA - EPP: MARIA TERESA CORREIA DA COSTA, JOSE GERALDO PIRES DE CAMPOS REPRESENTANTE(S) do TERCEIRO INTERESSADO ABDUL WAHED YOUSSEF GHAZO HANNA: ALEXANDRE PIERETTI

DECISÃO

 Embora mais recentemente a União tenha sido negligente em suas manifestações acerca do pedido de substituição de um imóvel pelo outro, em 15/10/2019 já havia se oposto ao imóvel em si, sob o fundamento de que apenas 1/4 parte ideal do imóvel pertence a um dos executados, enquanto o imóvel já penhorado é inteiramente de propriedade da empresa executada.

Nesse contexto, tendo em vista que ambos os imóveis são mais que suficientes à satisfação do débito, mas um deles só poderia ser vendido por no mínimo 3/4 de seu valor de mercado, nos temos do art. 843, § 2º, do CPC, é evidente que isso o torna de plano de difícil alienação em leilão público, pelo que **indefiro a substituição**.

De outro lado, é inequívoco o **direito à liberação da máquina penhorada**, em manifesto excesso de penhora, ao menos após a retificação do valor do débito em face da parcial procedência dos embargos.

Assim, mantenho em penhora apenas o imóvel de matrícula n. 6.229.

Quanto a ele, no tocante ao pedido de alienação por iniciativa particular por meio do site Comprei (comprei.pgfn.gov.br), em lugar da alienação judicial, defiro tal como requerido, nos exatos termos da petição de id 367205340, destes autos, conforme o art. 880 do CPC, observado o valor de avaliação (id 331630580), ressaltando-se, porém, o início do prazo de suspensão do processo de que trata o art. 40, § 10, da LEF, após decorridos os 30 dias mínimos da publicação do anúncio de venda do imóvel no referido site, se neste prazo não houve interessados.

Saliento que o cumprimento do art. 889 do CPC fica a cargo da parte exequente,



não sendo suficiente a mera intimação por edital das pessoas nele indicadas para se considerar atendido o disposto no artigo em questão.

Comprovada a inclusão, aguarde-se 30 dias e, nada sendo requerido neste prazo, sobreste-se o feito no arquivo, onde ficará aguardando manifestação conclusiva, sem prejuízo de, decorrido o prazo prescricional intercorrente calculado na forma das teses firmadas em incidente de recursos repetitivos ns. 566 a 571, ser extinto o processo com resolução do mérito oportunamente.

Intimem-se. Cumpra-se.

